

# Depoimentos terminam nesta segunda-feira e começa a elaboração do relatório

por Eduardo Hollanda  
de Brasília

A CPI do Orçamento encerra nesta segunda-feira a fase de depoimentos e atividades externas e entra na reta final, destinada à elaboração do relatório pelo deputado Roberto Magalhães (PFL-PE).

Além do trabalho em si, que citará mais de 90 nomes investigados pela CPI em três meses, os parlamentares terão também a tarefa, de garantir a unidade da CPI, afetada na semana passada por acusações relativas a uma possível proteção a alguns parlamentares, como os deputados Miguel Arraes (PSB-PE) e Roseana Sarney (PFL-MA).

Na sexta-feira passada, tanto o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), quanto o relator Roberto Magalhães afirmaram que "nunca houve qualquer requerimento ao Plenário da CPI, pedindo quebra de sigilo ou convocação de Arraes e Roseana".

O critério adotado pela CPI para decidir quem seria convocado, entre os mais de 100 nomes citados nos documentos da Odebrecht, determinou a convo-

cação apenas dos parlamentares que tivessem percentuais ao lado de seus nomes, e associados a obras de interesse da empresa. Passarinho explicou que "todos os mencionados em relação a campanha eleitorais (caso do suposto pedido de US\$ 30 mil feito para Arraes, ou ao recebimento de brindes, ficaram de fora", afirmou.

Na sexta-feira passada, a CPI tomou mais quatro depoimentos, sendo três em Plenário e um na subcomissão de Subvenções. Os depoimentos de Plenário foram dos deputados Osmânio Pereira (PSDB-MG); Roberto Jefferson (PTB-RJ) e Jesus Tajra (PFL-PI). Não foram encontrados evidências de irregularidades sobre os três pelas subcomissões.

A reinquirição do deputado Ricardo Fiúza, (PFL-PE) na subcomissão de subvenções, feita por comissão especial, voltou a deixar muitas dúvidas sobre sua participação no esquema da corrupção do Orçamento.

Durante oito horas, Fiúza procurou rebater as acusações de ter permitido a inclusão de emendas ao Orçamento de 1992 após sua aprovação.